



Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Banco Original do Agronegócio S.A.

30 de junho de 2019

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório do Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações Financeiras	
Balanco Patrimonial	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	12
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	12
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	14
Nota 8 . Carteira de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	14
Nota 9 . Outros Créditos	15
Nota 10 . Participações em Coligadas e Controladas	16
Nota 11 . Imobilizado de Uso	16
Nota 12 . Intangível	17
Nota 13 . Captação de Recursos e Obrigações por Repasses	17
Nota 14 . Outras Obrigações	17
Nota 15 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	18
Nota 16 . Patrimônio Líquido	18
Nota 17 . Limites Operacionais	19
Nota 18 . Partes Relacionadas	19
Nota 19 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	20
Nota 20 . Despesas de Pessoal	20
Nota 21 . Outras Despesas Administrativas	20
Nota 22 . Despesas Tributárias	20
Nota 23 . Outras Receitas Operacionais	20
Nota 24 . Outras Despesas Operacionais	20
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	20
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	21
Nota 27 . Outras Informações	22
Nota 28 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	22

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2019, o Banco apresentou lucro líquido de R\$ 3.022, contra um lucro de R\$ 674 apresentado no primeiro semestre de 2018.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 157.051 (30/06/2018 - R\$ 143.943), representado principalmente por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Aplicações Interfinanceiras	117.914	110.700
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	37.794	25.496
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	-	48

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu, ao final do semestre, o montante de R\$ 135.971 (30/06/2018 - R\$ 132.439), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Capital Social	109.123	109.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	362	327
Reservas de Lucros	26.486	22.989

● Agência de Rating

O quadro abaixo refere-se ao Conglomerado Financeiro Original.

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B	B+
S&P ⁽²⁾	A-2	A-		

(1) Abril 2019

(2) Setembro 2018

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, em relação a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

● **Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Banco mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não tivemos aberturas de demandas na ouvidoria direcionadas ao Banco Original do Agronegócio.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o ano os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando nenhum outro serviço que eventualmente pudesse criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 27 de agosto de 2019.

Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original do Agronegócio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 28 às demonstrações financeiras do Banco, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Ativo Circulante		139.660	121.242
Disponibilidades	4	135	220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	117.914	110.700
Aplicações no Mercado Aberto		117.914	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	110.700
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	20.679	9.063
Carteira Própria		20.679	9.063
Relações Interfinanceiras	7	-	4
Créditos Vinculados:		-	4
Depósitos no Banco Central		-	3
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1
Operações de Crédito		-	-
Setor Privado	8.a	-	48
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	-	(48)
Outros Créditos	9	789	1.200
Créditos Tributários	9.a.1	-	427
Diversos	9.c	789	773
Outros Valores e Bens	9.d	143	55
Despesas Antecipadas		143	55
Ativo Realizável a Longo Prazo		17.187	22.393
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	17.115	16.433
Carteira Própria		17.115	7.247
Vinculados a Compromissos de Recompra		-	7.871
Vinculados à Prestação de Garantias		-	1.315
Outros Créditos	9	72	5.960
Créditos Tributários	9.a.1	-	5.891
Diversos	9.c	72	69
Permanente		204	308
Investimentos	10	100	100
Participações em Coligadas e Controladas:		100	100
No País		100	100
Imobilizado de Uso	11	99	171
Outras Imobilizações de Uso		1.475	1.475
(Depreciação Acumulada)		(1.376)	(1.304)
Intangível	12	5	37
Ativos Intangíveis		447	447
(Amortização Acumulada)		(442)	(410)
Total do Ativo		157.051	143.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Passivo Circulante		18.539	9.158
Depósitos	13.a	13.098	292
Depósitos à Vista		21	20
Depósitos Interfinanceiros		13.077	-
Depósitos a Prazo		-	272
Captações no Mercado Aberto		-	7.806
Carteira Própria		-	7.806
Outras Obrigações		5.441	1.060
Fiscais e Previdenciárias	14.a	5.028	741
Diversas	14.b	413	319
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.541	2.346
Outras Obrigações		2.541	2.346
Diversas	14.b	2.541	2.346
Patrimônio Líquido		135.971	132.439
Capital Social:		109.123	109.123
De Domiciliados no País	16.a	109.123	109.123
Reservas de Lucros	16.d	26.486	22.989
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	362	327
Total do Passivo		157.051	143.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Receitas de Intermediação Financeira		13.802	3.851
Resultado de Operações de Crédito	8.f	8	1
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	13.794	3.850
Despesas da Intermediação Financeira		(374)	(14)
Operações de Captação no Mercado	13.a.2	(374)	(14)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa		13.428	3.837
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	-	247
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		13.428	4.084
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(3.320)	(2.918)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	-	1
Despesas de Pessoal	20	-	(16)
Outras Despesas Administrativas	21	(2.630)	(2.602)
Despesas Tributárias	22	(624)	(177)
Outras Receitas Operacionais	23	18	30
Outras Despesas Operacionais	24	(84)	(154)
Resultado Operacional		10.108	1.166
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		10.108	1.166
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(7.086)	(495)
Provisão para Imposto de Renda		(290)	(211)
Provisão para Contribuição Social		(142)	(185)
Ativo Fiscal Diferido		(6.654)	(99)
Participação nos Lucros		-	3
Lucro Líquido do Semestre		<u>3.022</u>	<u>674</u>
Lucro Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0302	0,0067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL DO AGRONEGÓCIO S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		109.123	3.468	18.847	463	-	131.901
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(136)	-	(136)
Lucro Líquido do semestre		-	-	-	-	674	674
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	34	640	-	(674)	-
Saldo em 30 de Junho de 2018		109.123	3.502	19.487	327	-	132.439
Mutações do semestre		-	34	640	(136)	-	538
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		109.123	3.525	19.939	426	-	133.013
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(64)	-	(64)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	3.022	3.022
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária	16.d	-	151	2.871	-	(3.022)	-
Saldo em 30 de Junho de 2019		109.123	3.676	22.810	362	-	135.971
Mutações do Semestre		-	151	2.871	(64)	-	2.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2019	30/06/2018
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		3.022	674
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		(2.084)	343
Depreciações e Amortizações	21	41	68
Ajuste a Valor de Mercado		(9.384)	498
Tributos Diferidos		7.090	76
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		187	(21)
Provisão de Participações no Lucro		-	(3)
Demais ajustes no Semestre		(18)	(28)
Lucro Líquido Ajustado do Semestre		938	1.017
Variações em Ativos e Passivos		12.799	20.465
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		(7.423)	12.954
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		1	10
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		-	247
Redução (Aumento) em Outros Créditos		3.300	(87)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(127)	(52)
Aumento (Redução) em Depósitos		13.077	(55)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		-	7.806
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		3.971	(358)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		13.737	21.482
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio pagos		-	(7.773)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(7.773)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		13.737	13.709
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		104.312	97.211
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	118.049	110.920
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		13.737	13.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 27 de agosto de 2019 e serão divulgadas, no endereço eletrônico "www.original.com.br."

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001 com as alterações introduzidas pela circular 3.129/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular do Bacen nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento.
- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido: e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 30 de junho 2019 e 2018 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

g) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores:

j.1) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de forma linear as respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - Dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - Cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - Dez anos. (Vide Nota Explicativa nº 11).

j.2) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (Impairment)

É reconhecido como perda se o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do semestre em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018, não foram registradas perdas por Impairment.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%. As instituições financeiras, durante o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018 estiveram sujeitas à alíquota de 20% (Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015), retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Em 30 de junho de 2019, os créditos tributários de Contribuição Social estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra opção senão de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 18.b, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 4.636/2018. A partir da Resolução nº 4.693/2018 as transações de operações de crédito com partes relacionadas são permitidas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art.6º e os limites previstos no art. 7º sendo ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. O Banco não possui operações de crédito com partes relacionadas.

r) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do semestre de cada uma das entidades, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não foram deliberados dividendos na forma de JCP, os acionistas concordaram pela não distribuição do dividendo obrigatório da Lei nº 6404/76 (vide Nota Explicativa nº 16.c).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	135	220
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	117.914	110.700
Total	118.049	110.920

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2019		30/06/2018
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	117.914	117.914	-
Posição Bancada	117.914	117.914	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	117.914	117.914	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	110.700
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	-	-	110.700
Total	117.914	117.914	110.700
Circulante		117.914	110.700

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), e os prazos referem-se ao lastro da operação. As aplicações em depósitos interfinanceiros são custodiadas na B3.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

Carteira Própria	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2019	30/06/2018
			Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	10.664	10.015	20.679	9.063
Total Carteira Própria	10.664	10.015	20.679	9.063

(1) Ações da JBS S.A.

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2019		30/06/2018	
	Ajuste a Mercado - Patrimônio			
	Valor de Curva	Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.481	634	17.115	7.247
Total Carteira Própria	16.481	634	17.115	7.247
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	7.871
Total	-	-	-	7.871
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	1.315
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	1.315

a.2) Classificação e Vencimento

a.2.1) Títulos para Negociação

	30/06/2019		30/06/2018	
	Sem vencimento	Total	Total	Total
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽¹⁾	20.679	20.679		9.063
Total	20.679	20.679		9.063
<u>Circulante</u>			20.679	9.063

(1) Ações com a JBS S.A.

a.2.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2019		30/06/2018	
	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
<u>Carteira Própria</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	17.115	17.115		7.247
Total	17.115	17.115		7.247
Circulante			-	-
Longo Prazo			17.115	7.247
<u>Vinculados a Compromissos de Recompra</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-		7.871
Total	-	-		7.871
Circulante				-
Longo Prazo				7.871
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-		1.315
Total	-	-		1.315
Circulante				-
Longo Prazo				1.315

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

a.3) Resultado com Operações de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.559	3.376
Rendas de Títulos de Renda Fixa	848	2.030
Resultado Renda Variável ⁽¹⁾	9.387	(1.556)
<u>Total</u>	13.794	3.850

(1) Resultado com ações da JBS S.A.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

O Banco não teve operações de instrumentos derivativos nos primeiros semestres de 2019 e 2018.

b.1) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não tivemos resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

7. Relações Interfinanceiras

Não tivemos saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no qual é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no BACEN somente em (30/06/2018 - R\$ 4 ativo), para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2019	30/06/2018
Empréstimos e Títulos Descontados	-	48
Empréstimos	-	48
Cédula de Produto Rural (CPR)	-	48
Subtotal	-	48
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(48)
Total	-	-

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2019			30/06/2018	
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
Setor Privado	-	-	-	-	48
Rural	-	-	-	-	48
Total	-	-	-	-	48

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	Provisões	30/06/2019		30/06/2018	
				% das Provisões	Valor	% da Carteira	
10 Maiores Devedores	-	100%	-	100%	48	100%	
Total	-	100%	-	100%	48	100%	

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura das posições "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2018. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999. Não há saldo de operação de crédito no qual foi liquidada no segundo semestre de 2018.

Nível de Risco	Carteira de Créditos			30/06/2018	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida
H	100%	-	48	48	48
Total	-	-	48	48	48

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2019	30/06/2018
Saldo Inicial	-	295
Constituição Líquida de Reversão	-	(247)
Saldo Final	-	48
Circulante	-	48
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	8	-

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não tivemos créditos renegociados.

f) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Rendas de Empréstimos	-	1
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	8	-
Total	8	1

9. Outros Créditos

a) Créditos Tributários

	30/06/2019	30/06/2018
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	3.074	6.394
Constituições	-	681
Reversões ⁽¹⁾	(3.074)	(757)
Saldo Final	-	6.318
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	589	420
Constituições	3.967	87
Reversões	-	(210)
Saldo Final	4.556	297

(1) Em 30 de junho de 2019 revertemos os créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, no montante de R\$ 3.074, os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração e pelas normas do Bacen.

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de Junho de 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20% até novembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo Fiscal	-	4.939
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	-	1.235
Base Negativa de Contribuição Social	-	5.725
Crédito de CSLL sobre Base Negativa ⁽¹⁾	-	1.145
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	48
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	2.305
Provisão para Despesas Administrativas	-	-
Ajustes Positivos ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	3.405
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	-	(158)
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	-
Perdas em Operações de Crédito	-	2.729
Outras Diferenças Temporárias	-	71
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	-	8.400
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	-	8.400
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	-	2.100
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	-	1.680
Ajustes Futuros - DI e DDI	-	104
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	3.301
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	-	3.405
Alíquota de PIS/COFINS	-	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	-	158
Total do Ativo Fiscal Diferido	-	6.318
Circulante	-	427
Longo Prazo	-	5.891

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2019	30/06/2018
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	10.015	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	634	624
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(495)	(29)
Total de Diferenças Temporárias- IRPJ	10.154	595
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	2.538	149
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL ⁽¹⁾	1.523	119
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	634	624
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	10.015	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	10.649	624
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	495	29
Total do Passivo Fiscal Diferido	4.556	297
Circulante	4.556	297

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	30/06/2019		30/06/2018	
			Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2018	-	-	-	427	297	130
2019	-	-	-	3.307	-	3.307
2020	-	-	-	792	-	792
2021	-	-	-	345	-	345
2022	-	-	-	368	-	368
2023	-	-	-	1.079	-	1.079
Total	-	-	-	6.318	297	6.021

Em 30 de junho de 2019, não foram constituídos créditos tributários, substancialmente, sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 2.957 os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com o estudo técnico e análises pela Administração e pelas normas do Bacen.

b) Valor Presente dos Créditos Tributários

No primeiro semestre de 2019 não tivemos crédito tributário constituído (30/06/2018 - R\$ 5.506).

c) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2019	30/06/2018
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	788	744
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	72	69
Adiantamentos Salariais/Outros	1	3
Devedores Diversos - País	-	26
Total	861	842
Circulante	789	773
Longo Prazo	72	69

d) Outros Valores e Bens

	30/06/2019	30/06/2018
Despesas Antecipadas	143	55
Total	143	55
Circulante	143	55

10. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)			30/06/2019	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta	
Controladas do Banco					
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento Imobiliário	99.999	99,99%	99,99%	

	Lucro Líquido/ (Prejuízo)		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2019	01/01 a 30/06/2019	30/06/2019	30/06/2018	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Controladas do Banco						
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Total	100	-	100	100	-	-

(1) Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

11. Imobilizado de Uso

a) Imobilizado de uso

	Custo	Depreciação	30/06/2019		30/06/2018	
			Residual	Residual	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso						
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	241	(176)	65	88		
Sistemas de Processamento de Dados	975	(973)	2	31		
Sistemas de Segurança e Comunicações	259	(227)	32	52		
Total	1.475	(1.376)	99	171		

b) Movimentação do Imobilizado de Uso

	31/12/2018				30/06/2019	
	Saldo inicial	Aquisições	Transferência/ Baixas	Depreciação	Saldo Final	
Outras Imobilizações de Uso						
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	77	-	-	(12)	65	
Sistemas de Processamento de Dados	15	-	-	(13)	2	
Sistemas de Segurança e Comunicações	40	-	-	(8)	32	
Total	132	-	-	(33)	99	

12. Intangível

a) Valor residual

	Custo	Amortização	30/06/2019	30/06/2018
			Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	447	(442)	5	37
Total	447	(442)	5	37

b) Movimentação do Intangível

	31/12/2018				30/06/2019	
	Saldo inicial	Aquisição	Transferência/ Baixas	Amortização	Saldo Final	
Gastos com Desenvolvimento	13	-	-	(8)	5	
Total	13	-	-	(8)	5	

13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	30/06/2019	30/06/2018
			Total	Total
Depósitos à Vista	21	-	21	20
Depósitos a Prazo - CDB	-	-	-	272
Depósitos Interfinanceiros	-	13.077	13.077	-
Total	21	13.077	13.098	292
Circulante			13.098	292

a.1) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2019	30/06/2018
	Total	Total
Carteira Própria		
Títulos Públicos	-	7.806
Total	-	7.806
Circulante	-	7.806

a.2) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
	Depósitos Interfinanceiros	(373)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	(9)
Captação no Mercado Aberto	(1)	(5)
Total	(374)	(14)

14. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2019	30/06/2018
	Impostos e Contribuições a Recolher	40
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	12	12
Outros	28	36
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	432	396
Provisão para Imposto de Renda	290	211
Provisão para Contribuição Social	142	185
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.a.2)	4.556	297
Total	5.028	741
Circulante	5.028	741

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2019	30/06/2018
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1.1)	2.541	2.346
Provisão para Pagamentos a Efetuar	313	173
Outras despesas administrativas	149	122
Outros pagamentos	164	51
Subscrições de capital a integralizar ⁽¹⁾	100	100
Credores Diversos - Exterior/Pais	-	46
Total	2.954	2.665
Circulante	413	319
Longo Prazo	2.541	2.346

(1) Constituído por capital a integralizar da Original Investimentos Imobiliários Ltda. (vide Nota Explicativa nº 10).

15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía depósitos judiciais no montante de R\$ 72 (30/06/2018 - R\$ 69).

b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	2.463	2.305
Constituição	15	29
Atualização Monetária	116	101
Reversão	(53)	(89)
Saldo Final	2.541	2.346

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até 4 anos.

b.2) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2019 o Banco possuía processos de natureza cível como perda possível no montante de R\$ 72 (30/06/2018 - R\$ 72). Não tivemos processos trabalhistas classificados como possível.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019, o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2018 - R\$109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN no montante de R\$ 362 (30/06/2018 - R\$ 327).

c) JCP e Dividendos

Nos primeiros semestres de 2019 e 2018 não foram deliberados dividendos na forma de JCP, os acionistas concordaram pela não distribuição do dividendo obrigatório da Lei nº 6404/76.

d) Reserva de Lucros

d.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do semestre, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No primeiro semestre de 2019 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 151 (30/06/2018 - R\$ 34). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2019 atingiu o montante de R\$ 3.676 (30/06/2018 - R\$ 3.502).

d.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do semestre. No primeiro semestre de 2019, foi constituída reserva no montante de R\$ 2.871 (30/06/2018 - R\$ 640). Em 30 de junho de 2019 o montante de reserva estatutária foi de R\$ 22.810 (30/06/2018, de R\$ 19.487).

17. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Banco.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A. e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2019	30/06/2018
Patrimônio de Referência Nível I	1.361.778	1.228.199
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.361.778	1.228.199
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	9.922.919	8.127.544
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	7.340.376	6.420.206
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	1.604.635	856.617
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	977.908	850.721
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	13,7%	15,1%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca e da corretora na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, afim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluindo os impactos mencionados é de 14,23%.

Em junho de 2019 e 2018 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco do Banco.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2019 e 2018:

	30/06/2019		30/06/2018	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
Acionistas	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de investimentos (Holding).

b) Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 4.636/2018, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	110.700	-	27
Banco Original S.A.	-	110.700	-	27
Aplicações em Operações Compromissadas	117.914	-	2.998	-
Banco Original S.A.	117.914	-	2.998	-
Ações	20.679	9.063	9.387	(1.556)
JBS S.A. (JBS)	20.679	9.063	9.387	(1.556)
Captação no mercado aberto	-	(7.806)	-	-
Banco Original S.A.	-	(7.806)	-	-
Depósitos Interfinanceiros	13.077	-	(373)	-
Banco Original S.A.	13.077	-	(373)	-

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Outras Prestações de Serviços	-	1
Total	-	1

20. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Remuneração	-	(7)
Encargos	-	(3)
Benefícios	-	(6)
Total	-	(16)

21. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(121)	(259)
Depreciações e Amortizações	(41)	(68)
Propaganda e Publicidade	(164)	(31)
Comunicações	(101)	(70)
Processamento de Dados	(1.474)	(1.634)
Aluguéis	(13)	(12)
Serviços do Sistema Financeiro	(36)	(349)
Despesa com licença de informações financeiras	(243)	-
Outras multas	(374)	-
Outras	(63)	(179)
Total	(2.630)	(2.602)

22. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Despesa com COFINS	(537)	(152)
Despesa com PIS/Pasep	(87)	(25)
Total	(624)	(177)

23. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Atualização de Impostos a Compensar	16	19
Recuperação de Encargos e Despesas	-	2
Atualização de Depósitos Judiciais	2	9
Total	18	30

24. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Provisões Operacionais		
Trabalhistas	(78)	(41)
Indenizações Trabalhistas	(6)	(113)
Total	(84)	(154)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2019	01/01 a 30/06/2018
Resultado antes da Tributação e deduzidas as participações do lucro e JCP	10.108	1.169
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	10	(27)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	384	(19)
Base de cálculo - CSLL	10.118	1.142
Base de cálculo - IRPJ	10.491	1.150
CSLL ⁽¹⁾	(2.711)	(228)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(4.375)	(267)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.086)	(495)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(7.086)	(495)

(1) Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos à CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Em fevereiro de 2019 foi constituído o Conselho de Administração (CA) do Banco Original que, conforme regulação vigente, é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. Por sua vez, o Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco da instituição. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidas por comitê composto pelo corpo diretivo do Banco.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição perante a liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição; danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição; aqueles que acarretam interrupção de atividades; falhas em sistemas de tecnologia da informação; e demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a: falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Banco e conseqüentemente sua imagem; Inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição; Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco Original visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Conselho de Administração (CA).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- Value at Risk (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme Resolução nº 4.557/2017 do Bacen, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e pela aprovação da Política de Risco de Crédito, onde são definidas as diretrizes para o processo de gerenciamento de Risco de Crédito. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central.

Cabe ao CEGIR assessorar o CA no que tange ao apetite a risco e os limites de risco de crédito, bem como as formas de mensurá-los e avaliá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, monitorar e reportar a aderência aos limites e, ainda, a mensuração das exposições potenciais de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

27. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2019 e 2018, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que está sujeita a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

28. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.